

Neri da Silveira preside a sessão do STF: nenhum prejuízo à economia nacional

STF mantém parecer de Saulo

Brasília — O julgamento da aplicação do parágrafo 3º do artigo 192 da Constituição, que tabelou os juros cobrados nas operações financeiras em 12% ao ano, pode ser adiado para o primeiro semestre de 1989. O Supremo Tribunal Federal (STF) negou ontem a medida cautelar solicitada pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que queria a suspensão imediata do parecer do consultor-geral da República, Saulo Ramos, aprovado pelo presidente José Sarney.

O parecer autoriza o Banco Central e demais instituições financeiras a cobrarem juros acima do percentual fixado pela Constituição. Por unanimidade, os ministros do STF entenderam que a cobrança de juros acima dos 12% não afeta a economia nacional e que uma limi-

nar suspendendo o parecer do consultor-geral implicaria riscos para as instituições financeiras, caso o dispositivo não seja julgado auto-aplicável.

A decisão final sobre a aplicabilidade, ou não, do tabelamento dos juros só vai ocorrer no julgamento da ação principal proposta pelo PDT, que pede a declaração da inconstitucionalidade do decreto do presidente, que aprovou o parecer do consultor-geral. Embora o ministro relator do processo, Sydney Sanches, tenha garantido que a ação será encaminhada rapidamente para a apreciação do plenário, o julgamento final da questão vai depender diretamente do procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, que terá a dupla responsabilidade de, como ad-

vogado geral da União, apresentar a defesa e, como procurador, o parecer sobre a questão.

O procurador-geral não tem prazo para apresentar dois pareceres ao tribunal. Apenas o presidente da República terá prazo de 30 dias para apresentar informações que serão solicitadas pelo presidente do STF para instruir o processo.

PROMESSA

O governo poderá mandar até amanhã as informações pedidas pelo Supremo para examinar o parecer de Saulo Ramos, se o deputado Ulysses Guimarães cumprir o que o líder do PDT, Brandão Monteiro, disse que ele prometeu ontem e responder ao pedido do STF, enquanto estiver no exercício da Presidência da República, ou seja, até domingo.